

# A IDEIA DE MORTE – DO MEDO À LIBERTAÇÃO

Emanuel Guerreiro\*

emanuel-guerreiro@hotmail.com

Este estudo desenvolve uma reflexão sobre a ideia de Morte: desde a perspectiva de fim e dissolução, aliada à angústia e ao medo, até à visão de uma entrada noutra espaço, lugar de absoluta paz ou redenção, alcançando o absoluto, abordam-se, aqui, vários mitos associados à ideia de Morte e de que forma o homem estruturou o seu pensamento e a sua relação com o mistério do seu próprio desaparecimento. Desde os Gregos até à contemporaneidade, ler-se-á como a evolução da sociedade e a tomada de consciência do homem implicam uma estruturação mental da Morte face à individualidade e à mudança do corpo, portador, desde o nascimento, de um “ser-para-a-morte”. Abordar-se-á, também, de que modo o ato de “dar-se a si próprio” a Morte, procurando a liberdade, é reflexo de uma atitude que questiona a sociedade.

**Palavras-chave:** Morte, vida, corpo, medo, liberdade, suicídio.

This study develops a reflection on the idea of Death: from the perspective of the end and dissolution, coupled with anxiety and fear, to a view of an entry in another space, of absolute peace or redemption, reaching the absolute, several myths associated with the idea of death will be approached, here, and how man has structured his thought and his relation to the mystery of his own disappearance. From the Greeks to the contemporary era, the evolution of society and the awareness of man imply a mental structuring of Death due to the individuality and body change,

\* Mestrado em Literatura – Especialização em Literatura Portuguesa pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve (2008). Artigos publicados em várias revistas (*Colóquio/Letras*, *Vértice* e *Brotéria*).

that carries, from birth, a “be-to-death”. We will address, too, how the act of giving Death “to himself”, seeking freedom, reflects an attitude that questions the society.

**Keywords:** Death, life, body, fear, freedom, suicide.

(...) a morte não tem “ser”; (...) embora a morte não tenha “ser”,  
não deixa por isso de ser real, ela acontece (...).

Edgar Morin ([1988]:26)

## 1. O mistério da Morte

Considera Silva Soares (1986: 407 e 409): “A morte (...) é um dos temas mais difíceis de tratar, dada a sua complexidade e a ambivalência dos nossos sentimentos acerca dela. (...) Qualquer tipo de discurso sobre a Morte é cheio de ambivalência, de fugas, de condicionamentos e de contradições.”

Conceito obscuro, numa primeira reação, a Morte é algo de irracional e de absurdo;<sup>[1]</sup> mas talvez seja imortalidade, talvez fim, talvez nada. Partida, *viagem*, a Morte não remete apenas para si mesma; remete para uma pós-morte, para um “além”. O desaparecimento de um indivíduo *neste mundo* “implica” a sua entrada *num outro*.<sup>[2]</sup> Daí que o homem tenha procurado nos mitos e na religião alguma resposta ou forma de explicar a Morte e, se possível, o seu sentido, num confronto da razão com uma experiência-limite. Seja qual for a sua origem sócio-geográfico-cultural, o homem não pode suportar a ideia de que, depois de morrer, não existe nada. Assim, como forma de luta contra o nada, socorreu-se de mitologias, ritos e outros processos mágicos e pragmáticos para transfigurar e ocultar a mudança na natureza do corpo, evitando confrontar-se com a sua decomposição, destruição irreversível que lhe revela a sua finitude.<sup>[3]</sup>

1 “A nossa repugnância pela Morte é inata e está ligada à tendência a que chamamos instinto de conservação e que é indispensável para a sobrevivência do indivíduo e da Humanidade.” (Cf. Soares, *id.*:444). Louis-Vincent Thomas (2001:17 e 23) questiona(-se): “(...) onde situar a morte? Em parte alguma, como *essência*, pois a Morte-em-Si permanece fora de qualquer categoria (...), a morte impõe-se como um imponderável que desencoraja a razão, que nenhuma linguagem consegue dominar.”

2 Afirma Louis-Vincent Thomas (*id.*:47 e 58): “(...) a morte é vivida como uma passagem: morrer aqui é nascer algures. (...) a morte surge como uma *passagem* e não como um fim abrupto conducente ao vazio. Não há um corte entre vida e morte: uma prolonga a outra, estão uma na outra, indissolivelmente encaixadas na ordem simbólica que admite a reversibilidade do tempo.”

3 “Falar da morte é sempre um desafio ao real, uma *tentativa para objectivar* o Nada que ao mesmo tempo o faz existir e o nega.” (Cf. Urbain, 1997:382). Isto é: só se pode falar da Morte

Pensar e refletir sobre o fim da vida revela a perplexidade do homem perante a morte. A visão e a concepção da *ideia de Morte* assentam na elaboração de um pensamento descritivo que tenta conhecer e compreender o limite do que pode ser pensado ou imaginado, ato que se realiza sem qualquer experiência física do acontecimento “morte”. Logo, o seu conteúdo será uma tentativa de fazer desaparecer a angústia da própria morte.

Configurando um “novo universo”, qual a substância da Morte enquanto objeto de pensamento? Incerta e imaginária, ela reveste-se de um cunho religioso sob a forma de crenças que procuram atenuar o temor do fim da vida. Diminuindo a ansiedade e as suas dúvidas, a reflexão e o pensamento da Morte poderão ser o caminho que integre o homem no Universo de que ele faz parte e o conduza à descoberta de uma verdade procurada.

O mistério da Morte estimula a reflexão e a apresentação de explicações “racionais” para o seu significado e o seu sentido que, conseqüentemente e por ligação, relevam para o conceito de Vida. Inúmeras são as representações que se têm criado sobre a Morte, ou seja, *a ideia que se faz da Morte*, do que é a Morte e o que ela representa, criando sempre contra o *nada*. As imagens da Morte traduzem as atitudes que os homens, ao longo dos séculos, tiveram perante este acontecimento.<sup>[4]</sup> Há, pois, uma relação entre a atitude perante a morte e a consciência de si, de ser e da sua individualidade.

## 2. Representações da Morte

Atente-se nesta crença popular da Bretanha, que personifica a Morte, designada como *Ankou*, alegoria da dança macabra dos mortos na Idade Média:

---

por representações, por sinais e signos que a representam ou que tentam representar a imagem da Morte que os povos foram criando. Culturalmente diversa, a ideia de Morte é representada desde um sono até uma passagem, libertação, retorno, transferência, transformação, procurando dar forma a algo que é *inominável*, dada a ausência de conhecimento e de experiência pessoal do acontecimento. É “*in absentia*” que se fala da Morte, numa tentativa de iluminar a escuridão que a caracteriza e de busca da tranquilidade: “(...) falar da morte (e dos mortos) equivale não a explicar, e nem mesmo a interpretar, mas a inventar o ser em troca do nada. (...) A Morte apenas existe graças às palavras, a Morte é apenas uma palavra: não é um estado, nem um reino, nem um objecto nem um sujeito; vê-la é impossível. Sem a palavra, a morte não existiria (...)”. Cf. *id.*:383 e 385.

- 4 Mais do que a função de *conceito*, a Morte assume a função de *imagem*: “(...) a Morte, afinal, só existe através das representações poéticas do invisível que lhe dão uma consistência, uma densidade, uma forma. (...) na mentalidade colectiva a morte não é fundamentalmente uma ideia abstracta mas um somatório de imagens.” (Cf. Urbain, *id.*:383-384). Philippe Ariès (1988:41) apresenta uma definição lapidar de Morte: “A morte não é precisamente um tema de reflexão, é uma linguagem, um meio de dizer outra coisa.”

Trata-se de um personagem masculino: é descrito como um homem bastante alto, magro, de compridos cabelos brancos, que usa um grande chapéu de feltro, ou como um esqueleto embrulhado num lençol, cuja cabeça gira incessantemente como um catavento para abraçar com a vista toda a região que deve percorrer. Traz na mão uma gadanha que, ao contrário das gadanhas normais, tem o gume virado para fora: por isso não a vira para si como os ceifeiros, mas lança-a para diante. Desloca-se numa carreta arrastada por dois cavalos atrelados um atrás do outro (...). O Ankou está em pé na carreta; e é escoltado por dois indivíduos que caminham a pé. O primeiro conduz pelas rédeas o cavalo da frente, o segundo abre as cancelas dos campos, dos pátios e as portas das casas: é ele que carrega os mortos para a carreta. Reconhecem-no à chegada porque os eixos das rodas chiam de uma maneira sinistra. (Cf. Belmont, 1997:55-56).

Esta representação tornar-se-ia corrente na cultura ocidental, a partir do século XVII, desenvolvendo-se a conceção de um esqueleto envolvido numa longa capa negra, transportando a foice para “ceifar” a vida, incutindo medo, terror e angústia, sentimentos de aflição que fazem da ideia de Morte uma perseguição fatal a que não se pode escapar. A representação da Morte como uma múmia ou um cadáver semidecomposto significaria o horror da morte física, da doença, da velhice e a decomposição “*post mortem*”, tema familiar à poesia dos séculos XV e XVI. Os poetas tomam consciência da presença da corrupção: está nos cadáveres, mas também no decurso da vida - os vermes não provêm da terra, mas do interior do corpo; as matérias e os líquidos da podridão escondem-se sob a pele. A decomposição é o sinal da ruína do homem e aí reside o sentido do macabro, cujo fim era provocar o temor da condenação. Pretendia-se mostrar o que não se vê, o que se passa debaixo da terra e que se ocultava dos vivos.

Para os Gregos, que chamavam à Morte “a noite dos tormentos”, ela personificava-se em *Thanatos*, génio masculino alado, irascível, insensível, impiedoso, que, na *Iliada*, surge como irmão do Sono e Hesíodo apresentava-os como os dois filhos da Noite, geradora de sonhos e angústias, símbolo da eternidade e do indeterminado, reino da morte que permite o contacto com o Absoluto. Mas, numa visão protetora e maternal da Noite, evoca-se um retorno a uma situação intrauterina: adormecer é como se fosse “um nascimento às avessas”, um regresso à matriz inicial.<sup>[5]</sup>

5 “A viagem ao outro mundo (...) corresponde (...) ao momento em que nos afundamos no sono. Queda nos abismos infernais, passagem através das rochas, mergulho nas águas profundas (...)”. Cf. Belmont, *id.*:52.

Platão defendia a ideia de que a morte era a passagem da alma para outra “vida”; talvez um sono sem sonhos, uma transição catártica ou libertação.<sup>[6]</sup> Que portas abrirá a Morte à nossa “consciência”? No fundo, esta conceção é a recusa da associação do fim do ser à dissolução física – a crença num *além da morte* proporcionava um complemento de duração entre a morte e o fim dos tempos. A crença ou a descrença no Além, um mistério, uma incerteza, modifica o comportamento humano: quando não se acredita numa “outra vida”, há um determinado tipo de atitude diante das situações quotidianas, o que se altera num indivíduo em quem a crença religiosa lançou a semente de uma “vida *post mortem*”. Para o homem religioso, a vida é, também, a *pós-morte* num além regido por uma entidade divina. Assim, o seu comportamento e a sua ética obedecem às regras da religião que pratica. Veja-se como a Igreja Católica assenta o seu poder na ideia da vida eterna e no temor do julgamento divino, Juízo Final que se abate sobre a alma quando ela abandona o corpo na hora da morte.

O dilema da finitude humana sempre fez parte do âmbito religioso, pelo que as religiões chamaram para si a questão da Morte e do Além, procurando, de alguma forma, a ligação ao Transcendente. Segundo a ótica religiosa, morre-se no momento escolhido por Deus, detentor único do conhecimento dessa hora. Mas – questionemos – o suicida: morre na *sua hora* determinada? A morte é dada por si próprio e não por qualquer intervenção divina, crendo-se, até, que se atenta contra as suas determinações. Desenvolver-se-á esta ideia, posteriormente.

### 3. A experiência da Morte

Cessaçãõ irreversível e estado terminal da vida física, a morte não é um momento, mas um processo, uma fronteira em que duas linhas se tocam, a última em que a alma está unida ao corpo e a primeira em que pode atuar separadamente. A morte prolonga, de uma determinada forma, a vida individual, como transpondo-a para a eternidade. Nada cessa; tudo continua – a morte num nível é, talvez, a condição de uma “vida” num outro nível. Depois da morte, a alma transmigra para outro estado – *não há morte*. Assim, ela assume-se como um mito que é uma metáfora da vida;<sup>[7]</sup>

6 “Durante o primeiro milénio, não se concebia a morte como uma separação da alma e do corpo mas como um sono misterioso do ser indivisível?”. Cf. Ariès, 1988:119.

7 “Efectivamente, a morte, nos vocabulários mais arcaicos, não existe ainda como conceito: fala-se dela como de um sono, de uma viagem, de um nascimento, de uma doença, de um acidente, de um malefício, de uma entrada para a morada dos antepassados (...).”. Cf. Morin, *id.*:25.

isto é, a ilusão do homem em querer dominar o tempo, na imagem da “vida para além da morte”, fá-lo dotar a própria alma de uma “corporalidade”. Marcando o termo da vida sensível, a morte não atinge a alma, que é imortal.

Aniquilamento dos fenómenos vitais, a morte só pode ser definida em termos biológicos na relação e a partir da definição de **vida**, que contém em si a morte, numa atividade e esforço de adaptação permanentes, coexistindo como uma tensão de forças contrárias: a morte é um termo para o qual o homem se encaminha desde o nascimento, uma realidade interna que nele se opera a partir do momento em que é dado à luz. A vida humana é uma constante experiência que conduz a uma *decadência* do organismo, que esgota a sua força vital, por enfraquecimento ou impossibilidade de se ajustar às modificações ou agressões do meio interno e externo, obedecendo ao princípio de degradação dos seres vivos. Paradoxalmente, a morte é a consequência da vida.<sup>[8]</sup> O homem morre desde que nasce; morre em cada instante, porque a morte não surge no momento em que se morre - existe desde o nascimento, como *processo*.<sup>[9]</sup>

Ato único e irrepitível, de impossível relato, o homem tem *experiência da Morte* através da morte dos outros, o que lhe permite pensar sobre esta ideia e sobre o momento da *sua morte*, representando, antecipadamente, a interrupção da sua vida ao chegar a essa situação-limite – através da morte

8 Eis algumas considerações de Edgar Morin (*id.*:289 e ss) sobre o modo como o processo da morte ocorre no corpo humano, avançando com algumas soluções que poderiam permitir ao homem *dominar a sua morte*: “As células vivas são potencialmente imortais. (...) pode-se dizer que *todas as células* de um corpo humano, conservadas isoladamente num ambiente especial, sobreviveriam indefinidamente. (...) As células nervosas (...) perdem a aptidão para se reproduzir. (...) uma desigualdade celular que provoca uma desarmonia, que provoca uma ruptura, que provoca a morte. (...) o envelhecimento corresponde a uma perda do poder de regeneração, a uma degradação da aptidão da substância celular para a restauração bioquímica (...). Mas esse enfraquecimento é um efeito e não uma causa, uma vez que as células são potencialmente amovíveis. (...) a morte (...) não pode ser considerada a consequência de um desgaste geral, manifesta-se contudo como a conclusão geral de uma decadência com caracteres determinados.” Os tecidos dos seres vivos estão em contínua e permanente renovação, assim como as células têm uma vida própria: nascem, crescem, multiplicam-se, envelhecem e morrem. Este processo de renovação constante permite concluir que os seres vivos estão “*sempre a morrer*”, morrem parcialmente durante toda a sua vida. À medida que o indivíduo envelhece, a informação genética esgota-se e deteriora-se, ocorrendo a morte quando essa informação já não for capaz de assegurar as características fundamentais do ser vivo. “O organismo morrerá (...) quando todas as células morrerem. É o que se chama *morte absoluta* ou *morte celular*.” Cf. Soares, *id.*:409.

9 “O nascimento, na sua qualidade de separação, é parcialmente uma morte e já soa a aproximação do processo mortífero. Por conseguinte, ao longo de toda a nossa vida, nunca acabamos de morrer.” Cf. Thomas, *id.*:24.

alheia, vive-se um pouco a nossa, fruto dos efeitos emocionais e do drama da perda de outrem. A morte é a única experiência humana que não podemos partilhar – é impossível representar a própria morte, a não ser como espectador, pelo que é sempre através do que acontece aos outros que dela tomamos conhecimento ou proximidade, pois, quando chegar a nossa vez, já não poderemos comunicá-la.<sup>[10]</sup> É o “meu” desaparecimento como consciência.<sup>[11]</sup> Deste modo, a morte impõe a inexorável vulnerabilidade humana e a limitação do ser. Mais do que um problema ou uma interrogação à razão, a Morte constitui um enigma, um mistério – partida sem regresso, ponto de interrogação no limiar do desconhecido, a angústia da morte, a dor e o terror que esta ideia ou o seu pensamento provocam têm em comum um temor que perturba o homem: *a perda da sua individualidade*. Aqui se lê a origem de um sentimento traumático, na tomada de consciência de um vazio onde havia plenitude individual.<sup>[12]</sup>

As teorias que, histórica e antropológicamente, tentaram explicar a experiência da Morte resultam de um pensamento sobre o *nada*, sobre a finitude da vida humana, procurando uma explicação ou uma justificação que apazigúe ou permita racionalizar o medo, a angústia, o desespero, a revolta, o desconhecido que ela traz consigo. Recorde-se a frase de Epicuro a Meneceu: “se tu existes, a morte não existe; se a morte existe, tu já não existes” (*apud* Chorão (dir.), 2001:648). Isto é: por a Morte não existir enquanto nós estamos vivos, o próprio pensamento da Morte não faz sentido, não passa de um absurdo. Este “exercício mental” permitiria dissipar o medo da Morte pela qualificação de *absurdo*, porque *fora da vida*. Voltaire compreendeu a ideia e declarou: “Nunca se deve pensar na morte. Semelhante pensamento serve apenas para envenenar a vida” (*ib.*).

Contudo, verifica-se a situação inversa: a obsessão da Morte reflete uma quebra de entusiasmo na afirmação do ser, identificando-se com o tédio ou o cansaço da vida, contra a força de viver, traduzindo-se numa inadaptação. A morte instaura, pois, uma rutura dentro da vida, ao sublinhar a vulnerabi-

10 Defende Filipe Nunes Vicente (2008:105) que tentar definir a morte é um erro sociológico: “(...) o sujeito só conhece o objecto quando já não pode ser sujeito.”

11 Numa obra que evoca um mito repetidamente tratado, literária e musicalmente, António Patrício ([1991], p. 14) considera: “O sentido da morte é o instinto de viver, feito consciência: sem ele, não há vida interior. (...) Só se vive na consciência, e a consciência só apreende morte.”

12 A ideia de Morte, que não é mais do que a ideia da *perda da individualidade*, está estreitamente associada à consciência do facto “morte”. “A ideia da morte propriamente dita é uma ideia sem conteúdo, ou, se quisermos, cujo conteúdo é o vazio até ao infinito. É a mais vã das ideias vãs, já que o seu conteúdo é o impensável, o inexplorável, o ‘não sei que’ conceitual (...). É a ideia traumática por excelência.” Cf. Morin, *id.*:32.

lidade da existência, a precariedade do ser, a finitude humana. Daí, a obsessão da sobrevivência revela no homem a preocupação de conservar a sua individualidade para além da morte, ao que Edgar Morin (*id.*:35-36) chama de “*triplo dado da morte*” e que revela uma inadaptação fundamental.<sup>[13]</sup> o homem tem consciência do facto “morte”, dado reconhecê-la como acontecimento perturbador, e a tomada de consciência do aniquilamento conduz à sua negação na recusa da lei da natureza, que lê claramente na decomposição, o que lhe provocará um sentimento traumático – o horror da morte é a *consciência da perda da individualidade*. O resultado é a afirmação de um “para além da morte”, isto é: consciente e revoltado por um acontecimento ao qual não pode escapar e ávido de uma imortalidade que aspira alcançar, o homem afirma-se sobre a morte ao criar uma conceção de “sobrevivência *post mortem*” – é a ideia de sobrevivência do *duplo* ou a *morte-renascimento*. Estas duas visões constituem as mais antigas conceções humanas da Morte, correspondendo à sua recusa e minorando o traumatismo que dela advém. Através destas duas formas, imagina-se que o homem *sobrevive e renasce*. Analisemos, seguidamente, estas duas ideias.

Na morte, o homem experimenta a mais profunda solidão, ao reconhecer a relação do “eu” com o seu próprio fim; mas institui, também, uma *relação com o outro*, assumindo-se como um acontecimento de alteridade: é a ideia do *duplo*, mito universal que encontramos na experiência do reflexo, do espelho, da sombra, produto da consciência de si próprio e primeira percepção de si como realidade.<sup>[14]</sup> Por um lado, corpo gozador ou sofredor; por outro, alma imortal que a morte liberta. Assim, o homem vai atribuir ao seu *duplo* toda a força da sua afirmação individual: é o *duplo* que é imortal e é ele a sua individualidade triunfante sobre a vida e a morte, ao salvar a sua integridade para além da decomposição.

As crenças religiosas de diversos povos, desde remotas eras, apresentam uma dupla questão (ou duas questões), fundamental para a interpre-

13 “(...) a morte, no mundo da vida, é a sanção de toda a inadaptação absoluta.” Cf. Morin, *id.*:72.

14 “Um é uma fracção de dois; não tem qualidade de unidade, mas sim de alteridade.” (Cf. Morin, *id.*:94). Um diferenciar-se-á do outro; um é o outro. “O duplo é, portanto, um *alter ego*, e, mais precisamente, um *ego alter*, que o vivo sente em si durante toda a sua existência, simultaneamente exterior e íntimo. E já não é uma cópia, uma imagem do vivo que, originalmente, sobrevive à morte, mas sim a sua própria realidade de *ego alter*. O *ego alter* é bem o ‘Eu’ que ‘é um outro’, de Rimbaud. (...) Enquanto o corpo apodrece, o outro corpo, incorruptível e imortal, libertar-se-á e continuará a viver. O ‘duplo’ é ‘a pessoa’ (...)” (Cf. *id.*:128-129). Cf., também, Platão e a conceção do mundo das ideias ou das essências, que se apresenta como uma espécie de mundo espiritual dos “duplos” – dos seres e das coisas – que escapam ao definhamiento.



tação do sentido da Morte: *qual a sua origem e o que existe “para além” do termo da vida: Deus ou o vazio?*

Quanto à sua origem, é possível identificar a recorrência de uma ideia ou mito que coloca a humanidade, após a sua criação, num lugar de felicidade e abundância, sem sofrimento, alcançando a imortalidade, o que se designou por *Idade de Ouro*. Era de bênçãos e de fortuna moral, terá terminado devido a um pecado, fruto da intervenção do mal que, deste modo, teria introduzido a morte no mundo como consequência duma transgressão humana, tornando-se destino comum da humanidade.<sup>[15]</sup> Não constituindo uma verdadeira necessidade nem formando parte da ordem da natureza, a morte foi introduzida no mundo por um acidente fortuito; tem o carácter de um facto accidental, como consequência e castigo do pecado. Estamos, pois, perante um processo psicológico que remete para um tempo primitivo a felicidade da existência e o usufruto de todos os ideais e valores desejáveis.

Na recolha de mitos sobre a Morte, apresentada por Nicole Belmont, há uma curiosa associação entre morte e sexualidade: “(...) a morte foi instituída porque os homens se arriscavam a tornar-se demasiado numerosos.” (Cf. Belmont, *id.*:46). Introduzida a reprodução sexuada por uma entidade demiúrgica, que seduz uma rapariga, como forma de aumento do grupo humano, perante o elevado crescimento populacional não programado a mesma entidade é obrigada, segundo os Índios Tahltan da América do Norte, a instituir a morte, a fim de que os anciãos deixassem lugar para as crianças. Esta “troca” assume-se como uma necessidade do grupo, em termos de espaço, proteção, alimentação e, sobretudo, da sua sobrevivência, como se se concebesse um meio eficaz de regular o número de indivíduos. A nota curiosa está na leitura de uma *oposição vida/morte*, como se fosse o excesso de “vidas” que determinasse a criação da morte. Opondo-se à tendência para o aniquilamento, a sexualidade tem como objectivo prolongar a vida; o triunfo sobre a morte residiria na reprodução sexual da espécie, pois é através dela que a vida se mantém. A morte não só garante a sobrevivência da espécie, como também permite a sua evolução, através de um processo

---

15 Evoque-se a história bíblica da desobediência de Adão e Eva e a sua expulsão do Jardim do Paraíso, *fruto* do desejo de conhecimento, transportando consigo a condenação e a decadência de toda a humanidade, que é mortal por ter pecado; imortal, seria igual a Deus. Vista como uma *má hora*, a morte é associada a dor física e, ou, moral, angústia, falta, punição, infelicidade, doença, má sorte, Mal, que é sofrimento, pecado e morte: “(...) a história da morte encontra a do Mal. A morte, nas doutrinas cristãs e na vida comum, era vista como uma manifestação do Mal, do Mal insinuado na vida, inseparável da vida. Entre os cristãos, era o momento de uma orientação trágica entre o Céu e o Inferno, que ele mesmo era a expressão mais banal do Mal.” Cf. Ariès, [1998]:208.

de seleção que suprime os elementos não (ou já não) adaptados. A morte é, portanto, condição de renovação da vida.<sup>[16]</sup>

Quanto à questão de uma “existência *post mortem*”, de novo, somos remetidos para o domínio de uma convicção religiosa de sobrevivência. De um modo geral, todas as religiões, e em particular o cristianismo, concebem a Morte como uma passagem para o Além, onde os indivíduos serão recompensados pelo bem e julgados pelo mal que praticaram durante a vida. Assim, a Morte não é o ponto final da existência – um elemento sobrevive: a *sombra (ou duplo)* ou a *alma* (que é o *duplo interiorizado, subjetivizado*), elemento de essência aérea representado pelo corpo que se evolva com a morte. No primeiro caso, na Antiguidade greco-latina, era enviada em viagem,<sup>[17]</sup> conduzida pelo barqueiro Caronte, pelo rio Estige, fronteira para o interior da terra, onde se encontrava o Hades, reino subterrâneo das sombras e cujo nome, para os Gregos, significava, além dos Infernos e do deus que os governava, “o invisível”.<sup>[18]</sup> No segundo caso, a alma, núcleo imortal do indivíduo que aspira à salvação, sobrevive à ruína do corpo, à morte física, e eleva-se para uma região celeste, creem os cristãos, por exemplo, unindo à ideia de sobrevivência terrena a ideia de retribuição pela justiça divina, assumindo uma relação com um ser superior de cuja essência e valor dependem. Aliás, para os cristãos, existe a superação da morte pela ressurreição de Jesus Cristo, cuja ação destruidora daquela, através da sua própria morte, igualmente resgata e redime a humanidade do pecado original. Assim, os justos regressarão, glorificados pela ressurreição, à plena realidade existencial humana; ou seja, a morte existe, mas não é definitiva. Leia-se, aqui, a substituição do sentimento de angústia perante a Morte

16 “Com efeito, sem a reprodução (especialmente a sexuada) e sem a Morte não poderia haver renovação do capital genético, o que levaria a espécie a estagnar e a morrer por envelhecimento e por falta de adaptação a novas circunstâncias.

Sem a Morte não poderia dar-se a evolução, nomeadamente pela selecção natural (...).” Cf. Soares, *id.*:424.

17 “Para alcançar a sua morada, o duplo tem de efectuar uma *viagem*. (...) a ideia de viagem é anterior à ideia de reino dos mortos. Está ligada às noções de passagem, nas águas, através das águas, ou sob a própria terra, que caracterizam o conceito de morte-renascimento.” Cf. Morin, *id.*:137.

18 Não se regressa impunemente do Além – recorde-se o mito de Orfeu e Euridice, cujo resultado dita a infelicidade eterna. O interdito provisório transgredido (não olhar para trás enquanto não abandonasse os territórios infernais) tem, como consequência, tornar a morte e a perda permanentes. “Seja qual for a natureza do local onde devam habitar após a morte, as almas para ali se devem dirigir posto que esse lugar é distinto da morada terrena dos homens. Ainda que concebida como uma entidade de natureza incorpórea, a alma deve percorrer um itinerário concreto, caracterizado essencialmente pela sua extensão e pelos perigos que aí se lhe deparam.” Cf. Belmont, *id.*:49.

como uma tentativa de suplantar ou diminuir o sofrimento, uma esperança contra a ideia da Morte como o naufrágio total, o desaparecimento no nada, com o intuito de estimular eticamente o homem.<sup>[19]</sup>

Uma plena vitória sobre a morte implicaria a recriação do corpo: a alma revestir-se-á de um corpo incorruptível, depois da morte, assegurando ao homem, pela ressurreição, uma vida nova, dotada de um corpo novo, impecável; daí, a esperança de vida além-túmulo. São estas as duas formas de vitória sobre a morte: a ressurreição do corpo e a imortalidade da alma. Esta ideia junta influxos do judaísmo e cristianismo com o helenismo e noções gregas como a imortalidade (prerrogativa exclusivamente divina), a incorruptibilidade e o destino da alma. A fé em Jesus não livra o fiel da morte física; através do baptismo, ele alcança uma “vida nova”, prometida pela ressurreição – os baptizados têm a garantia da ressurreição e da salvação eterna. A morte física é absorvida pela fé na ressurreição, numa dicotomia que associa luz/vida e trevas/morte, introduzindo a possibilidade de um *para além da morte*, encontrando na fé religiosa a solução, na recusa da morte e conseqüente esperança da imortalidade, que não é mais que a afirmação da individualidade para além da morte.<sup>[20]</sup>

Idealisticamente, não é no *nada* que se cai após a morte, dado o indivíduo ser absorvido pelo Todo, garantindo-lhe perenidade. Aliás, a morte dá sentido à vida: uma vida onde a morte levasse a melhor não faria sentido; assim, o papel da morte é o de permitir ao homem fazer a aprendizagem da sua liberdade, dando significado à sua vida numa abertura à Transcendência ou a aspiração à “realidade invisível” de que falava Platão, libertação suprema de todos os sofrimentos físicos e de todos os obstáculos, passando do mundo dos homens para a Cidade de Deus, como descrevia Santo Agostinho.

#### 4. Viagem pela ideia de Morte

O pensamento grego (principalmente o orfismo, no século VI a.C.) via o corpo como um cárcere, resultante de uma queda, e a morte corporal como

---

19 Há que ter em conta uma “terceira hipótese”: aquela que considera a Morte como um fim natural do processo da natureza e que a aceita serenamente, sem a perspectiva de entrada num reino prometido, avaliando a vida com a consciência de que não foi um falhanço nem uma condenação.

20 “(...) a outra vida é essencialmente uma espera (...), e uma espera na paz e no repouso. Aí os mortos esperam, segundo a promessa da Igreja, aquilo que será o verdadeiro fim da vida, a ressurreição na glória e a vida do século do futuro.” Cf. Ariès, [1998]:362.

a libertação suprema da alma imortal, de natureza incorruptível; o pensamento cristão vê a morte como uma maldição e a imortalidade assumiria na esperança de uma ressurreição em Cristo, mediante uma reintegração de corpo e alma, prometendo uma felicidade eterna, uma comunhão de vida de toda a humanidade com Deus. Nesta oposição entre um pensamento metafísico, orientado para a imortalidade da alma e a purificação pela eliminação do corpo, e um pensamento religioso, que vê a restauração do homem total e a ressurreição dos corpos como a vitória sobre a morte, promessa de um novo nascimento e negação da noção de prisão da alma, lê-se o mesmo desejo: não só a realização da aspiração à imortalidade, mas a realização das aspirações que a vida não pôde ou não pode satisfazer.

Façamos, agora, uma leitura diacrónica da ideia de Morte, *viagem* que permitirá conhecer diferentes pontos de vista e destacar algumas formas de como esta ideia foi “vívida” ao longo da história da humanidade.

A sabedoria estoica e o ceticismo desiludido desembocam no nada da morte. O estoicismo afirmou-se como uma moral (o fim supremo é a virtude), uma atitude prática, *uma propedêutica da morte*. Defendendo que é necessário viver sem desejos que nos escravizem, traduz uma atitude de *disponibilidade para a morte*, aceitando-a. Assim, ela não nos privará de nada. A sabedoria estoica é, portanto, um exercício permanente de preparação para a morte. Desprezando-a ao desprezar a vida, cria-se um método de indiferença para com o acontecimento e o acaso. O estoico pratica esta indiferença e renúncia para não ser perturbado ou magoado pela possível e frequente carência dos bens terrenos e para não perder a serenidade, a paz, o sossego, que são o verdadeiro, supremo e único bem da alma. O estoicismo separa o espírito do corpo, para que a miséria deste e a sua putrefação não afetem aquele; esvazia a morte, para que, nessa desolação imensa, o espírito se eleve, o que constitui uma prática virtuosa.

Ao pedir ao indivíduo que se desprenda de tudo o que não depende da sua consciência, o estoicismo afirma a consciência individual como realidade suprema – nada acontece que não seja por ele desejado. Trata-se, pois, de um momento de afirmação do indivíduo, que se afirma duplamente: por um lado, como consciência soberana, senhora absoluta do corpo; por outro lado, como consciência lúcida que conhece o seu limite e a sua fraqueza. O indivíduo assume, portanto, por si mesmo, a função inevitável da morte: anula as paixões e os seus desejos. Assim, a virtude estoica é absolutamente negativa: quando o homem se torna indiferente a tudo e a tudo renuncia, não lhe resta, efetivamente, mais nada.

Já o epicurismo não permite nenhuma esperança de sobrevivência, nenhuma *dúvida* quanto ao aniquilamento da morte. Contra qualquer hipótese de uma “outra vida” após a morte, procura libertar o homem do temor de além-túmulo, que é fonte de tormentos que “adoecem” a alma, impedindo-a de alcançar o equilíbrio necessário a uma vida feliz. Tudo cessa com o fim da vida. Não tendo sentido o temor da morte, ela não constitui um problema. O epicurismo corrói o conceito de Morte, até desfazê-lo. Desagrega-o – o nada da morte é reduzido a simples nada, como, também, em nada diz respeito ao homem. A morte, que não nos diz respeito como vivos, porque não existe, também não dirá como mortos, porque já não existimos, não nos diz respeito em nada, como defendia o filósofo grego Epicuro. Já Séneca afirmara: “Depois da morte tudo acaba, mesmo a morte (...)” (*apud* Morin, *id.*:235). A morte em si e para o homem é, assim, literalmente pulverizada. Como disse Feuerbach: “A morte é a morte da morte (...)” (*ib.*).

O epicurismo conclui que, se morrer significa não mais sentir, privação de sensações (partindo da identificação entre viver e sentir), então, nenhuma vida sucede à morte; ela *não é*, logo *não existe*. Como último acontecimento da vida, dele já não teremos conhecimento, dado o seu conteúdo insondável.<sup>[21]</sup> O epicurismo adere, totalmente, à volúpia de viver e é, também, nessa plenitude real que se baseia para desdenhar a morte. Enquanto o estoicismo desvaloriza a vida, o epicurismo revaloriza a existência para desvalorizar a morte. Aniquilada, pois, pelo entendimento, desprezada pela vida, a morte epicurista não existe, solução que permite e garante o recalçamento da ideia de Morte.

Na Idade Média, o mundo era considerado um local de combate contra o Diabo pela salvação da alma, encarando-se a Morte como a sua viagem, numa transposição do mundo das imperfeições e das coisas corruptíveis para o mundo da perfeição e das coisas eternas e incorruptíveis. A vida terrena era considerada como a *antecâmara da eternidade* e a morte era um rito de passagem para a morada definitiva da alma, a derradeira peregrinação. Ao pensar o Além e preocupar-se com o “*post mortem*”, o homem medieval via, platonicamente, o mundo dos vivos, o mundo material como efêmero, um mundo de aparências, como uma *representação* - uma imagem, uma ideia de algo; portanto, a vida no mundo deveria voltar-se para o verdadeiro significado oculto por trás da matéria. Esse sentido da vida

---

21 Kant anula, igualmente, a ideia de Morte: a morte não existe, uma vez que não fazemos outra coisa senão pensá-la e representá-la. Feuerbach pensava, também, assim: “A morte é um fantasma, uma quimera, pois só existe quando não existe.” Cf. Morin, *id.*:235.

humana era dado pelo Além e os espíritos deveriam orientar-se para Deus, salvando-os do Inferno. O mundo sensível era apenas um caminho para se passar do sensível ao inteligível, da sombra para a luz. Assim, a realidade encontrava-se justamente no Além. Inferno e Paraíso existiam e eram imutáveis e eternos; o mundo não. A Idade Média foi, pois, *o tempo do Além* e nenhuma outra época deu tanta importância e ênfase à ideia de Morte.

Temida, porque era imprevisível (“*Mors certa, hora incerta*”), mas, no entanto, esperada, aceita e familiar, dado o ritual fixado pelo costume e ao qual o homem assistira, repetidamente, ao longo da sua existência, a morte anunciava-se em sonhos ou visões, premonições que permitiam a cada indivíduo preparar-se com tranquilidade e resignação. Num tempo em que as doenças um pouco mais graves eram quase sempre mortais, a morte era, então, quase sempre anunciada. Aguardada no leito de casa, em direção ao oriente, o moribundo deveria ficar deitado de costas, porque, assim, o seu rosto estaria voltado para o céu. A morte era uma grande cerimônia pública compartilhada por toda a família, amigos e vizinhos, prelúdio à mudança para um estado superior, caso a alma fosse agraciada por Deus. Tal como se nascia em público, morria-se em público. Assim, ninguém morria só: a morte era um momento de convívio social em que todos deveriam acompanhar a passagem do moribundo para o Além, inclusive as crianças. Ele podia fazer uma lamentação sobre a sua vida, recordando-se dos seus bens e dos seres amados, desde que fosse breve e discreta. Este sentimento de pesar está associado à aceitação da morte próxima e denuncia a familiaridade que existia e uma resignação ao destino e à natureza.

Em seguida, pedia perdão aos parentes, ordenava a reparação das faltas cometidas, recomendava a Deus os sobreviventes que lhe eram queridos e escolhia, por vezes, a sepultura, o que constituía um dos principais motivos da redação (ou comunicação oral) do seu testamento<sup>[22]</sup> – se fosse rico, seria enterrado dentro da igreja, envolto em ricos tecidos de cores e bordados a ouro, perto do altar do santo da sua devoção ou das suas relíquias, da capela da Virgem ou da sua imagem ou do patrono da sua confraria, mediante o pagamento de uma determinada quantia; se era pobre, o destino mais certo

---

22 A morte torna-se o lugar da tomada de consciência do indivíduo e “(...) competia a cada um exprimir as suas próprias ideias, sentimentos e vontades. Dispunha para tanto de um instrumento, o testamento. Do séc. XIII ao séc. XVIII, o testamento foi o meio de cada um exprimir, muitas vezes de maneira muito pessoal, os seus pensamentos profundos, a sua fé religiosa, o seu apego às coisas, aos seres que amava, a Deus, as decisões que tinha tomado para assegurar a salvação da sua alma, o repouso do seu corpo. O testamento era então um meio de cada homem afirmar os seus pensamentos profundos e convicções, mais do que simplesmente um acto de direito privado para a transmissão duma herança.” Cf. Ariès, 1988:46.

era uma grande fossa comum, chamada “vala dos pobres”, onde se enteravam até seiscentos ou setecentos corpos cosidos dentro de uma serapilheira, local que, mais tarde, receberia a designação de “cemitério”, o lugar dos pobres e das crianças. A inumação no interior das igrejas manter-se-ia até à segunda metade do século XVIII (quando da tomada de consciência do perigo para a saúde e higiene pública dos fiéis presentes nas celebrações, sob a ameaça de epidemias, infecções e pestilência), principalmente reservada a um pequeno número de privilegiados, como os nobres, magistrados, oficiais e alta burguesia, dando lugar, no século XIX, ao culto romântico dos túmulos e dos cemitérios, surgido na Inglaterra com Thomas Gray e o seu poema *Elegy Written in a Country Churchyard* (1751). O cemitério e a sua poesia davam entrada na literatura. O lugar do horror, no século XVIII, tornar-se-ia objeto de elevação e de respeito, manifestação de uma nova sensibilidade que, a partir do final daquele século, se expressava na intolerância pela morte do outro.

Ao adeus ao mundo sucedia a oração: o moribundo começava por falar da sua culpa, com o gesto dos penitentes, de mãos postas e erguidas ao céu. Depois, recitava uma prece muito antiga que a Igreja herdou da Sinagoga, a oração judia para os dias de jejum a que se deu o nome de “*commendatio animae*” (encomendação das almas). Se estivesse presente, o padre dava a “*absolutio*”, sob a forma de um sinal da cruz e da aspersão com água benta. Se a morte fosse lenta, o moribundo esperava-a em silêncio, não mais comunicando com quem o rodeasse.<sup>[23]</sup> As manifestações mais violentas de dor desencadeavam-se logo após a morte, expressão do sentimento de luto. Lágrimas e choro competiam às mulheres, agentes essenciais do rito funerário: elas deveriam ficar perto do corpo e gritar, rasgar as vestes, arrancar os cabelos. Era a sua função pública.

Portanto, a preocupação, a angústia maior, não era com a morte e, sim, com a salvação da alma. Acreditava-se que o Destino se revelava pela morte e que cada indivíduo revia toda a sua vida, num único relance, ao morrer; a sua atitude, nesse momento, daria à sua biografia o sentido definitivo, a conclusão. A partir do século XII, assiste-se ao desenvolvimento da ideia de que toda a gente possui uma biografia própria e que pode, até ao último momento, atuar sobre ela. Escreve-se a conclusão no momento da morte, o destino da alma imortal é decidido no momento da morte física, criando-se, deste modo, uma relação fundamental entre a ideia de Morte e a ideia da própria biografia. A morte era o momento das contas, em que se fazia o

23 “O moribundo (...) reduzido ao limite da sua existência, vê-se obrigado a voltar o olhar para o vazio”. Cf. Thomas, *id.*:33.

balanço de uma vida, de onde nascerá a ideia de Juízo Final, em que a vida é pesada e avaliada numa audiência solene, na presença de todas as forças do céu e do inferno. A morte converteu-se, então, no lugar onde o homem tomou melhor consciência de si mesmo. Estabelece-se uma relação, anteriormente desconhecida, entre a morte e a consciência que cada indivíduo possuía da sua individualidade, reconhecendo-se a si mesmo na sua morte, descobrindo *a morte de si próprio*.<sup>[24]</sup>

Será no final da Idade Média (c. século XV) que aparecem novas formas, de carácter negativo, de representação da Morte, como, por exemplo, o conceito de *macabro* e a *dança da Morte*,<sup>[25]</sup> que exprimia a profunda angústia dos tempos da Peste Negra e da Guerra dos Cem Anos e evocava a corruptibilidade de todas as coisas.<sup>[26]</sup> Estas imagens, representações realistas do corpo humano em decomposição e do seu interior ignóbil, não signifi-

24 “No espelho da sua própria morte, cada homem redescobria o segredo da sua individualidade.” (Cf. Ariès, 1988:41). Acrescenta: “A morte é o reconhecimento individual de um Destino em que a personalidade própria não fica anulada mas sim adormecida (...)” (Cf. *id.*:65). E *infra*: “(...) considerava-se a hora da morte como uma condensação da vida inteira, o seu somatório de riquezas tanto temporais como espirituais. E foi precisamente no olhar que todo o homem lançava sobre a sua vida, no limiar da morte, que ele tomou consciência da peculiaridade da sua biografia e, por consequência, da sua personalidade.” (Cf. *id.*:84). Este autor identifica duas atitudes perante a morte: “A primeira, simultaneamente a mais antiga, mais longa e mais comum, é a da resignação familiar ao destino colectivo da espécie e pode resumir-se nesta fórmula: *Et moriemur*, todos nós morreremos. A segunda, que aparece no séc. XII, traduz a importância reconhecida nos tempos modernos à existência própria individual e pode traduzir-se por estouttra fórmula: *a morte de si próprio*.” (Cf. *id.*:43).

25 “A dança macabra é uma ronda sem fim, onde alternam um morto e um vivo. Os mortos comandam o jogo e são os únicos a dançar. Cada par é formado por uma múmia nua, apodrecida, assexuada e muito animada, e por um homem ou por uma mulher, vestido segundo a sua condição, e estupefacto. A morte aproxima a mão do vivo que vai levar mas que ainda não obtemperou. A arte reside no contraste entre o ritmo dos mortos e a paralisia dos vivos. O objectivo moral é lembrar ao mesmo tempo a incerteza da hora da morte e a igualdade dos homens perante ela. Todas as idades e todos os estados desfilam numa ordem que é a da hierarquia social tal como se tinha consciência dela.” (Cf. Ariès, 2000:140). Este confronto entre o homem e a morte revela a sua surpresa e um desgosto atenuado pela resignação e submissão ao destino. Outro tema contemporâneo era o *triumfo da morte*, ilustrativo do seu poder: sob a representação de uma múmia ou esqueleto, a Morte conduz uma carroça enorme e lenta, puxada por bois, qual entrada de um príncipe numa cidade, esmagando sob as suas rodas uma numerosa população de todas as idades e condições. Figura do destino cego, que não previne nem dá tempo ao homem de se resignar, traduz o absurdo da morte e a sua perversidade.

26 Considera Philippe Ariès (1988:38 e 65-66): “(...) o homem do final da Idade Média tinha a consciência muito aguda de que era um morto adiado, de que o adiamento era curto, de que a morte, sempre presente no interior de si mesmo, destruía as suas ambições, envenenava os seus prazeres. (...) do séc. XII ao séc. XIV, em que são lançadas as bases do que virá a ser a civilização moderna, um sentimento mais pessoal e mais interior da morte, da morte de si mesmo, traduziu o apego violento às coisas da vida e também (...) o sentimento amargo do fracasso, confundido com a mortalidade: uma *paixão de ser, uma inquietação de não ser suficientemente*.”



cavam medo da morte nem do além. “São o sinal de um amor apaixonado por este mundo, e de uma consciência dolorosa do fracasso ao qual a vida de cada homem está condenada (...)” (Cf. Ariès, 2000:156). A arte macabra representava a corrupção subterrânea dos corpos, o contrário da vida, que era tanto mais amarga quanto era amada: entre as imagens da doença e da decomposição e a fragilidade das ambições estabelece-se uma aproximação que traduz um sentimento agudo de frustração individual e uma melancolia intensa e pungente, reflexo do amor pelos bens materiais e pelos entes queridos que se abandonavam, designado por “*avaritia*” (que não é *avareza*, mas o amor imoderado do mundo e do gozo da vida). “O homem do final da Idade Média identificava a sua impotência com a sua destruição física, a sua morte. Via-se ao mesmo tempo frustrado e morto, frustrado porque mortal e portador de morte.” (Cf. Ariès, 1988:95).<sup>[27]</sup> Assim, a morte deixa de ser “*fnis vitae*”, liquidação de contas, e torna-se a morte física, fim e decomposição, cadáver e podridão, a morte macabra.

No Renascimento, releva-se o interesse geral pela cultura da Grécia e de Roma e o florescimento dos estudos greco-latinos, que se misturam com o pensamento cristão, destacando-se a ascensão até Deus via contemplação, a imortalidade da alma e a doutrina do amor platónico. Embora seja finito, o homem é senhor da sua sorte e do seu destino. O Humanismo exalta a razão humana, a lógica e a experiência no plano do conhecimento e a vontade no plano da ação, isto é, o poder para dominar, controlar e governar os apetites e as paixões. O homem é, pois, capaz de guiar-se a si mesmo, desde que, por meio da razão e da vontade, estabeleça normas de conduta e códigos para todos os aspetos da vida prática. O avanço dos conhecimentos trouxe novas técnicas e as pesquisas em todos os campos do saber tinham como finalidade prolongar a vida, manter a juventude e retardar o envelhecimento, curar doenças tidas como incuráveis, aumentar a capacidade cerebral, alargar os espíritos, aumentar os prazeres dos sentidos e, se possível, impedir a morte.

Ícone do Renascimento, o *Homem Vitruviano* de Leonardo da Vinci é símbolo do universo como um todo. Colocado no centro do mundo, o homem tem perante si o caminho livre para chegar a si mesmo e, ou, a qualquer lugar. O lugar do homem não está circunscrito; o seu lugar é o próprio universo, o homem é o ser universal. Regendo-se pela razão, procura-se salvar o homem, não pelo reconhecimento e submissão a Deus,

---

27 “O que a arte macabra mostrava era precisamente aquilo que não se via, aquilo que se passava debaixo da terra, o trabalho dissimulado da decomposição, não o resultado de uma observação, mas o produto de uma imaginação.” Cf. Ariès, 2000:154.

mas pelo conhecimento e pela ciência. No que serão seguidos pelos filósofos do Iluminismo, os humanistas da Renascença projetam a sua ilimitada confiança no futuro, para o qual tende o progresso da Humanidade. Estão convencidos de que iniciam uma nova idade, encontrado o caminho que conduz à verdade, à liberdade e à felicidade do género humano. A Idade Média, dominada pelo cristianismo, não é mais que sombras, barbaria, trevas e tirania. Contrastando com ela, surge um tempo novo: o homem é autossuficiente e pode aperfeiçoar-se através das suas próprias forças.

Mas a tentativa de conciliar o espiritualismo medieval e o humanismo renascentista iria resultar numa *tensão* que se revela no Barroco. Expressão do conceito de vida dinamizado pela Contrarreforma, a ideologia tridentina comunicou à época e à arte uma fisionomia trágica, dilacerada entre os polos celeste e terrestre, entre a carne e o espírito, procurando incutir no homem o horror do mundo, o medo da morte, o pavor do inferno, conquistando-o para o céu pela captação da imaginação e dos seus sentidos, recorrendo ao ornamento e ao espetáculo.

O tema central do Barroco encontra-se na antítese entre a vida e a morte. Daí decorre o sentimento da brevidade da vida, a angústia da passagem do tempo, que tudo destrói. Assim, o homem da época barroca oscila entre a renúncia e o gozo dos prazeres da vida. Quando pensa no julgamento de Deus, foge dos prazeres e procura apoio na fé. Quando a fé é insuficiente, a atração dos prazeres envolve-o e cresce o desejo de desfrutar da vida. Por isso, a expressão latina “*carpe diem*”, que significa “aproveita o dia (presente)”, é um dos temas frequentes da arte barroca. A juventude é, frequentemente, comparada a uma flor, que é bonita por pouco tempo e logo morre. Este tema era já versado na Antiguidade, mas, no Barroco, foi desenvolvido de forma angustiada, pois era uma tentativa de fundir os opostos, de conciliar o que, no fundo, é inconciliável: a razão e a fé, a matéria e o espírito, a vida carnal e a vida espiritual.

A Morte torna-se, pois, uma meditação metafísica sobre a fragilidade da vida, exprimindo-se pela separação da alma e do corpo, pelo que a vida terrestre se torna uma preparação para a vida eterna – como se acreditava na Idade Média, não é o momento da morte que dará à vida o seu justo valor e que decidirá do destino do homem no outro mundo; é necessária toda a vida para que ele se prepare para uma “boa morte”, a *morte do justo*, aquele que pensou nela durante toda a vida e que a aceita em paz e serenidade. Consideração serena da mortalidade, oposta à ideia da conversão medieval no último momento, a arte de bem morrer assenta, a partir de agora, na meditação sobre a melancolia da brevidade da vida.

Curiosamente, ou por contraponto a uma atitude dominadora e repressiva da religião e dos seus agentes, ou exprimindo uma rutura com a ordem habitual, a partir do final do século XV, o tema da morte carrega-se de um sentido erótico.<sup>[28]</sup> O erotismo surge pela mistura do amor e da morte, do sofrimento e do prazer. Do século XVI ao século XVIII, inúmeras cenas ou motivos, na arte e na literatura, evocam a união dos mitos *Eros* e *Thanatos*, carregando-se de uma sensualidade outrora desconhecida: temas erótico-macabros ou temas mórbidos documentam uma complacência com os espetáculos da morte e do sofrimento, traduzindo um novo sentimento do nada, exprimindo um sentido novo da individualidade, da consciência individual e uma rutura com a familiaridade quotidiana da relação com a morte. Entre o desejo de viver e o medo exacerbado de morrer, descobre-se o prazer da fruição sexual; daí que o Barroco tenha a inclinação de situar o amor tão próximo quanto possível da morte – recorde-se o êxtase místico de virgens santas, êxtase de amor e morte, morte de amor em que a pequena morte do prazer se confunde com a grande morte corporal. O corpo morto torna-se objeto de desejo.<sup>[29]</sup>

No final do século XVII e no século XVIII, assiste-se a uma vontade de simplicidade na morte, de simplificar os ritos da morte, procurando desviar a atenção do fim da vida, dada a crença na sua fragilidade e na corrupção do corpo, revelando um sentimento inquietante do *nada*, fruto do vazio que a morte traz ao coração e ao amor da vida, dos seres e das coisas. Se a morte é dolorosa não é porque priva do gozo e dos bens da vida, como se pensava na Idade Média, mas porque significa a separação dos entes queridos.

O tema macabro é assumido, agora, pelo esqueleto limpo, a “*morte secca*”, “*fnis vitae*”, expressão da natureza do indivíduo amanhã, o último estado do homem. O pensamento da Morte alimenta o sentimento de melancolia da precariedade e da incerteza da vida e traduz a permanência dessa presença constante. A ideia do *nada* torna-se dominante, como expressão do aniquilamento do corpo e do regresso à natureza-origem, à

28 Cf., por exemplo, o quadro de Hans Baldung Grien, *A Morte e a Jovem* (1518-1520), no Museu de Basileia, em que uma jovem nua, em primeiro plano, é agarrada e beijada por uma representação da Morte, como esqueleto decomposto. “Do séc. XVI ao séc. XVIII, o corpo morto e nu tornou-se simultaneamente objecto de curiosidade científica e de deleite mórbido.” Cf. Ariès, 1988:91-92.

29 “Tal como o acto sexual, a morte é cada vez mais considerada, a partir de então, como uma transgressão que arranca o homem à sua vida quotidiana, à sua sociedade racional, ao seu trabalho monótono, para o submeter a um paroxismo e o lançar então para um mundo irracional, violento e cruel. (...) a morte é uma ruptura. Ora esta ideia de ruptura, note-se bem, é absolutamente nova.” Cf. Ariès, *id.*:44.

sombra da noite e da terra. O corpo sem alma já nada é; privado da alma, o corpo torna-se poeira, restituída à natureza. É a partir do século XVII que se difunde a crença na dualidade da alma e do corpo e na sua separação com a morte.

Em finais do século XVIII, afirma-se um novo pensamento que renovará o problema da Morte: o desenvolvimento gradual dos métodos das ciências da natureza e das ciências do homem desacreditarão as atitudes religiosas. O recalçamento da ideia de Morte permitirá à filosofia moderna interrogar o mundo. Esse recalçamento explica-se não só pela intensa atividade filosófica e científica, pelas conquistas ininterruptas das ciências, mas também porque essa atividade participa de um maior desejo de saber e o seu conseqüente progresso. O mundo humano está *em transformação*. Considera Edgar Morin (*id.*:242-243):

A imortalidade é, pela primeira vez, não afirmada, mas sim reivindicada, postulada, isto é, admitida claramente como uma necessidade antropológica. (...) a morte adquirirá um significado grandioso: deixará de ser o 'nada' dos filósofos antigos e tornar-se-á uma função racional, biológica, social e espiritual.

Há a aceitação consciente da morte e da finitude humana como necessidade do devir do mundo e da humanidade. Enquanto o entendimento epicurista pulverizava a morte, regista-se, agora, um reconhecimento da realidade da morte, apreendida como algo efetivo, que acontece, que transforma e desempenha um papel no processo da vida, tal como o nascimento. É a preocupação de integrar a morte na razão, de a compreender como função e necessidade.<sup>[30]</sup>

A complacência com a ideia de Morte é uma grande modificação que surge no final do século XVIII e que se converterá num dos traços do Romantismo, tornando-a o lugar da dor lancinante pela perda do outro e da afirmação dos grandes afetos e dos grandes amores. O Romantismo caracteriza-se por uma sensibilidade de paixões sem limites nem razão, pelo que a atitude dos presentes junto do moribundo modifica-se: eles já não são os figurantes de outrora, passivos, refugiados na oração. A emoção agita-os, eles choram, rezam, gesticulam, manifestações de uma separação não suportada e de uma crise dramática que denuncia a sua própria fragilidade: *a morte do outro*. Desde o século XVIII, aumenta a necessidade de

30 "Meditar é ser; meditar sobre os males e o absurdo da vida é dominá-los. Eis aí talvez uma das grandes lições inesperadas do século XVIII: reflectir na morte, e mesmo desejá-la, é renunciar a entregar-se-lhe, é fruir da essência da humanidade que é o pensamento de si mesma e do seu fim." Cf. Minois, 1999:312).

gritar a dor, de a revelar sobre o túmulo (no epitáfio), lugar privilegiado da recordação do lamento.

Libertadora, a morte não surge com o aspeto funesto que o medo incutia ao homem, anteriormente. A esperança acompanha o defunto para o Além luminoso, recusando superstições e não temendo a morte: no Além, mundo dos espíritos, já não há mal, razão pela qual a morte é desejada, vista como consoladora e portadora de paz. A morte romântica significará felicidade e a união familiar, no reencontro com os familiares que já partiram. A morte era desejada, porque conduzia à eternidade, encontrando-se *no Céu* a felicidade, o amor, o afeto, a família. A morte seria, então, *um estado da vida* e não *paragem da vida*.<sup>[31]</sup> Esta ideia significa que a morte deixa de ser triste, para ser exaltada e não mais associada ao mal: perde-se a identificação da morte com a dor moral e espiritual e o pecado, logo, a crença no Inferno, sentimentos de culpabilidade e medo do Além, tornado o lugar dos (re)encontros daqueles que a morte afastou e que nunca aceitaram esta separação.

A partir da segunda metade do século XIX, inicia-se uma *crise de morte*, resultante de uma consciência em crise que corrói os conceitos, mina os pontos de apoio do intelecto, derruba as verdades, agita a própria vida e liberta angústias privadas. Nessa impotência da razão perante a morte, o homem vive num clima de angústia, de nevrose, de niilismo, assumindo o aspeto de uma crise da individualidade, fruto de uma intolerância nova em relação à separação não admitida dos entes queridos, dificilmente aceitando a morte do próximo mais do que noutros tempos. A morte temida não é a morte de si mesmo, mas *a morte do outro*. Considera Philippe Ariès (1988:45): “A simples ideia da morte é comovente.”

Mas essa crise não pode ser abstraída da crise geral do mundo contemporâneo: a crise do indivíduo revela-se perante a morte num clima de angústias e nevrozes que põe a nu o conteúdo da individualidade, sendo, pois, sintoma da decadência da civilização burguesa.<sup>[32]</sup> Esta crise da civili-

---

31 “A morte (...) não é somente a separação do outro. É também (...) abordagem maravilhosa do insondável, comunhão mística com as fontes do ser, com o infinito cósmico: as imagens da extensão terrestre ou marítima exprimem esta atracção.” (Cf. Ariès, [1998]:209). Recorde-se que, na poética romântica, a expressão do sublime (ou da vontade de contato ou de acesso a ele) se manifestava através de metáforas da força da natureza, da união com o cosmos, no extravasar de energias contidas. O Romantismo redescobre o sentimento religioso na visão da Natureza, identificada com Deus, o que traduz uma visão panteísta e um desejo de comunhão com o universo.

32 Como documentos históricos e humanos desta crise, “(...) a filosofia e a literatura são os barómetros do grau de angústia difusa, das rupturas subterrâneas de uma sociedade: reflectem

zação burguesa é uma reivindicação resultante do desenvolvimento da individualidade, que exige um mundo humano em que o valor supremo seja o próprio indivíduo, afirmando a irredutibilidade da sua pessoa e revelando, igualmente, a sua inadaptação à morte, sentida como um fracasso insuperável. A inadaptação à *civilização burguesa*, que se revela no Romantismo, é fruto de uma evocação do passado, de uma declaração de infelicidade e da perseguição da morte e da vida efêmera. Não é de estranhar o (re)aparecimento da figura do *duplo*, companheiro de viagem da vida, rodeado de uma aura de melancolia, evocando a morte que a consciência moderna não consegue subjugar. Esta não-resignação à morte determinará o desenvolvimento da angústia do nada. A Morte passa a ser vista como o não-sentido da vida e o indivíduo sente-se desamparado perante um acontecimento que não vê como uma purificação ou uma libertação, mas como uma destruição irreversível e inevitável do ser. Morrer já não evoca um *além*, mas o vazio e o nada.

A recusa do presente e a vivência do *mal do século* provocam o desespero e um isolamento cada vez mais hermético – a solidão é o frente a frente consigo próprio, isto é, com o duplo, isto é, *com a morte*. O indivíduo vê-se cada vez mais desequilibrado, brutalizado, logo, infeliz. Daí, a sua recusa, expressa num fosso que se alarga cada vez mais entre ele e o mundo em crise. A abdicação de um envolvimento ou participação e o isolamento transformam-se em desespero. Deste dilema nasce uma “consciência infeliz”, sem apoio, sem suportes, cara a cara consigo mesma, com a vida e com a morte. “Será no cerne desse isolamento, (...) perante a asfixia burguesa, que se exprimirá a dor absoluta, porque absolutamente impotente, do ‘Eu’ apanhado na armadilha (...)” (Cf. Morin, *id.*:265). Sozinho, o indivíduo só se tem a si mesmo, desesperadamente preso a si mesmo, surgindo a angústia que, com Kierkgaard, se torna metáfora do pecado original, a partir da noção de culpabilidade. Sublinhando o absurdo da condição humana, o conceito de *angústia* revela a indecisão do homem, o “*pathos*” em que o indivíduo chega à consciência de si mesmo e se declara face ao *nada*, reconhecendo o seu destino inexorável de mortal e, precisamente porque é a “*rutura do mundo*”, a morte. O isolamento atrai a obsessão da morte e a obsessão da morte traz o isolamento.

O espectro da morte assediara a literatura: o escritor “em crise” confessa-se e obras inteiras serão marcadas pela obsessão da morte. Tudo remete o indivíduo solitário para uma solidão cada vez maior no vazio de

---

uma crise que é ao mesmo tempo da humanidade burguesa e de um novo estágio da ‘condição humana’. Cf. Morin, *id.*:262.

um nada ilimitado, o que, logicamente, faz com que não se possa basear seja o que for na sua individualidade condenada ao nada. A individualidade desagrega-se. A morte conclui a niilização da consciência. Absurdo o mundo, absurda a morte, absurdo o indivíduo, tudo é absurdo, formando o clima da angústia moderna. Nessa decomposição, uma única presença: a morte, o impossível viver. No meio dessa morbidez coletiva, que sustenta e desenvolve a doença do século, reaparece, vivificada, a salvação. Os desesperados navegam rumo à salvação. O desespero converte-se em fé.

Heidegger vem defender a manutenção na angústia, a fim de procurar nela a verdade da vida e da morte, para pressentir o seu próprio destino, permitindo conhecer-se como ser votado à morte (logo, ser decadente que enfrenta o vazio) e assumindo-a na e através da experiência vivida da angústia. Para Heidegger, a angústia é a nossa experiência do nada, revelando a estrutura fundamental da morte na existência humana; isto é, na antecipação da morte, experiencia-se a existência como finitude. A morte é o próprio núcleo da vida, é o sentido da vida (mas um sentido sem sentido). Viver nunca é mais do que viver a morte. Daí, a afirmação de Heidegger: “Desde que nasce, um homem é suficientemente velho para morrer.” (*apud* Morin, *id.*:277).

A morte é a estrutura da vida humana, que é *ser-para-a-morte*. Assim, a angústia, e, por consequência, a própria morte, é o fundamento mais certo da individualidade. Essa inadaptação é o que se chama o *ser-para-a-morte*: a vida autêntica é a que, a todo o instante, se sabe condenada à morte e a aceita, corajosa e honestamente. É necessário deixar de fugir à ideia de Morte, deixar de proceder como se nunca se tivesse de morrer, como se não houvesse morte. Trata-se de estar “livre para a morte”, aceitá-la como um acontecimento de liberdade. Só se aceitarmos a morte, aceitaremos a vida como ela é, na sua totalidade. Parte da nossa existência, deve ser nela integrada desde o início da vida. Possibilidade limite em cada instante da vida, dar-lhe-á significado, como algo de único e irrepetível. Só a aceitação do próprio “*ser-para-a-morte*” dá à vida e a cada instante dela, na sua totalidade, a plenitude absoluta de ato livre e humano.<sup>[33]</sup>

Sendo a morte inevitável, para que servem as afirmações religiosas de imortalidade senão para mergulhar um pouco mais na angústia o homem que não pode acreditar nessas promessas? Esta questão é colocada por Sartre, para quem a morte é um absurdo e algo exterior, um facto que não se diferencia do nascimento. Não é a “minha” possibilidade, mas sim a nega-

33 “A humanização da Morte, integrada na existência do homem, torna a vida absolutamente pessoal e única.”. Cf. Soares, *id.*:430.

ção das “minhas” possibilidades, a anulação, a “*nadização*” das minhas possibilidades, está fora das minhas possibilidades: “Assim, a morte nunca é o que dá sentido à vida; pelo contrário, é o que lhe tira todo o significado. (...) Se devemos morrer, a nossa vida não tem sentido” (*apud* Morin, *id.*:280).

A morte suprime todo o sentido à vida humana; daí, o conceito de liberdade sartriana seria uma tentativa de fugir à morte, como se o indivíduo encontrasse a sua salvação e o seu refúgio contra a morte nas estruturas primitivas e elementares do ser, onde rejubilam o indeterminável e o indestrutível. A morte é a única certeza da existência; tudo o resto é indeterminado, dada a inexistência de (uma) solução.

Nos dias de hoje, a sociedade tenta cada vez mais prolongar a vida, recorrendo a fórmulas que lhe permitam não envelhecer, distanciando-se, assim, da morte ou procurando afastá-la ou afastar-se e, principalmente, não pensar nela, esquecê-la. A morte tornou-se vergonhosa e objeto de um interdito, apelidada de “*a inominável*”: o medo provocado tem, como consequência, não se pronunciar sequer o seu nome. Considera-se mórbida qualquer referência à morte; fala-se como se ela não existisse.<sup>[34]</sup> Aplica-se à morte e à proibição de falar dela o exemplo que Freud deu a propósito do sexo e dos seus interditos.<sup>[35]</sup> Ilude-se, escondendo ou mascarando o terror e a ameaça constante da “realidade viva da vida”, como lhe chama João Barrento (2004:46), acrescentando: “É preciso aprender a morrer (...)” (*ib.*). Ou “(...) reaprender a viver, a fim de melhor saber morrer.” (Cf. Thomas, *id.*:22).

Considera Philippe Ariès (1988:150): “A morte de outros tempos era uma tragédia – muitas vezes cómica – em que se desempenhava o papel daquele que vai morrer. A morte de hoje é uma comédia – sempre dramática – em que se desempenha o papel daquele que não sabe que vai morrer.”

Hoje em dia, morre-se na plena ignorância da própria morte, porque a família não tolera o golpe da perda do ser amado, recusando a separação definitiva e o sofrimento da emoção provocada pela visão ou pela ideia de

34 “A recusa da aceitação [da morte] é um modo de defesa que consiste numa negação, por parte do sujeito, de reconhecer a realidade de uma percepção traumatizante. (...) É um facto que damos mostras de um singular pudor em relação à morte. Como se fosse preciso afastá-la recusando-nos a evocá-la ou a proferir o seu nome, dizemos ‘falecimento, perda...’; ou empregamos fórmulas bonitas como ‘adormecido na paz do Senhor’; a não ser que nos refugiemos na vulgaridade da gíria comum: ‘bateu a botã.’” Cf. Thomas, *id.*:57 e 61.

35 Defende Phillippe Ariès (1988:58-59): “(...) a morte se converteu num tabu e (...), no séc. XX, ela substituiu o sexo como principal interdito. (...) Quanto mais a sociedade afrouxava as suas vitorianas interdições sexuais, mais rejeitava as coisas da morte. E, ao mesmo tempo que o interdito, aparece a transgressão: na literatura maldita reaparece a mistura de erotismo e de morte – procurada do séc. XVI ao séc. XVIII (...)”.



Morte. A partir do momento em que um risco grave ameaça um membro da família, ela priva-o da informação, escondendo o seu verdadeiro estado de saúde. Veja-se, por exemplo, alguns casos de cancro, que assume, hoje, os traços repugnantes e assustadores das antigas representações da Morte. Melhor do que as representações macabras do esqueleto ou da múmia dos séculos XIV e XV, o cancro é, hoje em dia, *a morte*. Daí que o moribundo se tenha tornado naquele que *não deve saber*, por oposição, por exemplo, ao homem medieval, a figura central e principal do ritual da morte, fixado em livros que são tratados sobre a maneira de bem morrer: as “*artes moriendi*” dos séculos XV e XVI. Assume-se, por aqueles que rodeiam o doente que vai morrer, o dever de mantê-lo na ignorância do seu estado, instalando-se a dissimulação e subentendendo-se que lhe poupam, assim, a angústia da morte, escondendo-lhe, até ao fim a gravidade do seu estado. Ariès (*id.*:186) descreve, desta forma, a consideração atual da morte: “O moribundo já não tem estatuto porque já não tem valor social (...)”. Encerrada no corpo, a morte é identificada com o cadáver que, por não ser nada de bom nem de útil (cf. imagem do esqueleto e da decomposição nos séculos XV e XVI), há que afastar dos nossos olhos. Afirmo Louis-Vincent Thomas (*id.*:62): “Hoje, a morte é a *antivida*, limiar absoluto aberto sobre o vazio, negação total da existência.” Note-se, também, a mudança do local: hoje, morre-se menos em casa e mais no hospital, que se tornou o lugar moderno da morte, lugar de uma morte solitária.

Um pesado silêncio estende-se sobre a morte. Esta atitude não a aniquila nem o medo que ela pode provocar ou inspirar. Sem a ilusão de ser infinito e imortal, como pode(rá) o homem ter ou sentir segurança num mundo de enigmas e mistérios como é a Morte, em que a verdade é uma ideia de *absoluto*, mas constantemente repensada, logo, *relativa*? Assim, o discurso sobre a Morte confunde-se e converte-se em angústia. Sem a esperança de uma “segunda vida”, só resta a angústia e a imagem do nada. Qual a resposta? “A morte deve apenas tornar-se a saída discreta, mas digna, de um vivo apaziguado, fora de uma sociedade compassiva em que a ideia de uma passagem biológica, sem significado, sem dor nem sofrimento, já não despedaça nem perturba, e finalmente sem angústia.” (Cf. Ariès, [1998]:373).

## 5. A «morte voluntária»

É importante, também, aqui considerar a “*morte voluntária*”, fazendo referência ao “(...) ‘suicidante’ (aquele que corta o fio da própria vida) e

‘suicidário’ (aquele que traz em si o projecto de suicídio, a sério ou não) (...)” (Cf. Barrento, *id.*:45), evocando a dimensão da liberdade no ato de se “dar a morte”. Isto é, o sujeito torna-se um elemento ativo da decisão e do gesto livre de “cortar o fio” que o liga à vida, não dependendo o fim da sua existência de uma situação ou circunstância como o avançar do tempo, uma doença ou um conflito bélico, substituindo o facto inevitável, biologicamente dado, por um acontecimento que “*nos podemos dar*”. Traça-se uma linha divisória entre morrer e “escolher a morte”: no primeiro caso, ela chega, chama, apodera-se; no segundo caso, o sujeito é o agente, o ator que aceita e escolhe a morte como resposta, como um “(...) salto do corpo para o além de si.” (*id.*:47). Trata-se de uma *opção final* capaz de dar (um) sentido à vida.

Rigorosamente proibido pela Igreja, por se revelar imagem de uma alma irremediavelmente corrompida, até ao século XVIII, em França, o suicídio era considerado um crime e o suicida era alvo de um processo, que podia chegar à própria execução do cadáver e à confiscação dos seus bens. O cadáver do suicida era banido, excomungado, e, após o processo, seguia-se uma procissão e uma exposição ignominiosa em praça pública, onde o suicida era condenado a uma “segunda morte” pelo fogo. Depois, as suas cinzas eram espalhadas ao vento ou em terra não consagrada.<sup>[36]</sup> Na Idade Média, o cadáver do suicida era recusado no cemitério, ou seja, não lhe era permitido ser enterrado em terra abençoada, pelo que foram criados cemitérios só para suicidas (cf. Bretanha, até ao início do século XX) onde o caixão passava por cima de um muro sem abertura, não entrando em cortejo fúnebre, como é costume.

O suicídio não é um ato de cobardia; é uma decisão tomada face ao sofrimento e ao desespero de um indivíduo que não encontra solução para o seu mal, lançando-se, voluntariamente, na morte. É nesse mal que ele encontra a força para ultrapassar o medo da morte e só aquele que não tem medo da morte é que é livre. O isolamento do mundo, desligando-se de tudo, e a solidão de um indivíduo assumem-se como uma contestação à

---

36 Atentar contra a própria vida é um desafio ao poder; na monarquia de direito divino, era ao rei, que representa Deus e como Deus, que competia o direito de dar ou de tirar a vida: “Na monarquia absoluta francesa, o rei, dono da vida dos seus súbditos, não pode tolerar que eles disponham livremente de si mesmos, porque isso enfraqueceria o reino e a sua própria autoridade e, como representante de Deus na Terra, deve também punir esse crime bastante grave aos olhos da Igreja. Ao mesmo tempo, o suicídio é entendido implicitamente como um fracasso do seu governo por não assegurar o bem-estar das pessoas: é uma negação ou uma condenação do seu reino, que pode ser um factor de desmoralização e de impopularidade.” Cf. Minois, *id.*:304-305.

sociedade, que se apresenta separada da sua vida. Assim, do temor extremo da morte, o indivíduo passa à tentação extrema da morte. Rutura suprema, que revela a disjunção total do individual e do cívico, o suicídio manifesta não somente que a sociedade não conseguiu expulsar a morte, não conseguiu incutir o gosto pela vida no indivíduo, como também está vencida, negada; nada pode por e contra a morte. Morrer incontrolado e contestatório, mais libertação do que aniquilamento, a afirmação individual, liberta de todas as prisões, obtém a sua vitória extrema na “suspensão do mundo”, que é, simultaneamente, uma catástrofe irremediável.<sup>[37]</sup>

Evoquemos um “*suicida imposto*” (a diferença está entre quem escolhe a *morte livre* ou aceita a *morte dada*): Sócrates. Ele quis a morte, porque *não se pode* querer contra a morte. Numa leitura do que pode ser o tema da fatalidade e do destino, a ideia de Morte sempre pende sobre a vida humana, seja como realidade silenciosa que a acompanha e segue diariamente, seja como obsessão e perseguição que a atormenta. No entanto, o homem não pode fugir dela e a sua aceitação é um ato revelador de uma atividade intelectual que domina o medo da morte, recalçando ou suprimindo o irracional. Desprezando a contingência, a particularidade, isto é, o que morre, Sócrates valoriza a vitória e o triunfo da libertação, pois o que morre é precisamente o que não é da essência do espírito, desvalorizando a morte em relação à vida do espírito, como se autodeterminando-se diante dela. A ideia socrática é a crença de que a consciência e a inteligência do homem tudo podem superar e dominar – a sabedoria racional pode, por si só, reprimir as angústias da morte. “Na medida em que o indivíduo cristaliza as suas energias no seu entendimento – isto é, em que é antes de mais nada sábio, filósofo –, nessa medida pode triunfar da *ideia* da morte.” (Cf. Morin, *id*:238).

## 6. “sendo a Morte, sou a liberdade”

A Morte é condição natural do homem, como de todo o ser vivo corpóreo, dotado da condição de ser sexuado e de “ser para a morte”. São, pois, vários

---

37 Considera Edgar Morin (*id*:69): “(...) não somente o suicídio exprime a solidão absoluta do indivíduo, cujo triunfo coincide então exactamente com o da morte, como nos mostra que o indivíduo pode, na sua autodeterminação, ir até aniquilar friamente o seu instinto de conservação, e aniquilar assim a vida que recebeu da espécie, a fim de provar dessa forma, a si próprio, a impalpável realidade da sua onnipotência. O gesto supremo, cúmulo da individualidade, ao nível da sua exasperação, seria, portanto, o suicídio (...), renegação limite da espécie, é o teste absoluto da liberdade humana.”

os significados que se associam ou que traduzem a *ideia de Morte*, criações discursivas, mitológicas e filosóficas sobre a incognoscível experiência de morrer, fruto da adaptação a diferentes ângulos de visão: evolução, transformação, mudança, fatalidade inelutável, absurdo, desilusão, despreendimento, estoicismo, pessimismo. O facto é que, recusando ou não admitindo a possibilidade de morrer, de desaparecer, de *ser nada*, para o indivíduo não deveria ser possível a representação da ideia de Morte. Estamos perante a relação do homem com o seu próprio corpo e a imagem de uma horrenda degradação, de um desgaste funcional, substituindo o “ser-para-a-vida” (que, submetido aos efeitos da passagem do tempo, era feito “ser-para-a-morte”) por um “ser-para-a-sobrevivência” e continuamente durar.

A Morte é uma característica determinante do homem que, como todos os seres vivos, também morre, mas é o único que tem consciência da inevitabilidade da morte e de uma vida finita no tempo. Assim, a Morte não se limita a um derradeiro acontecimento, mas compreende toda a vida, condicionando-a num drama de perda e separação, mas que só será plena se incorporar a morte em liberdade. A atitude de fuga perante a (ideia de) Morte, a ameaça do nada, a iminência do fim, não faz desaparecer a angústia: reforça-a e amplia-a. Libertadora de penas e preocupações, a Morte é revelação e introdução no reino do espírito. A Morte é a própria condição do progresso e da vida.<sup>[38]</sup> Conclui Edgar Morin (*id.*:324): “A morte é antes de mais nada o risco permanente, o acaso que surge a cada transformação do mundo e a cada salto em frente da vida (...)”.

Antero de Quental, poeta para quem a ideia de Morte se assumia numa dupla face, pessimista e negativa, mas, também, como aspiração positiva, renovadora e libertadora (“Firo mas salvo... Prostro e desbarato,/Mas consolo... Subverto, mas resgato.../E, sendo a Morte, sou a liberdade.”. Quental, 2002:116) aconselhava: “Saibamos compreender a Morte, que é a única maneira de sabermos compreender a Vida e de sabermos viver.” (Quental, 1991:79).

---

38 “A nossa vida não é mais que um ruidoso emergir da morte, uma sobrevivência regulada por esta última, a morte, sobrevivência idealizada (...)”. Cf. Urbain, *id.*:407.

## Referências

- AA.VV. (2001), “Morte” (s.v.) in João Bigotte Chorão (dir.). *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (Edição Século XXI). Lisboa/S. Paulo, Editorial Verbo, volume 20, cols. 638-661.
- ARIÈS, Philippe (1988). *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*. Lisboa, Teorema.
- (2000), *O Homem Perante a Morte*. (Coleção “Biblioteca Universitária” n.º 47). Mem Martins, Publicações Europa-América, volume I, 2.ª edição.
- [1998], *O Homem Perante a Morte*. (Coleção “Biblioteca Universitária” n.º 48). Mem Martins, Publicações Europa-América, volume II.
- BARRENTO, João (2004), “Da morte livre” in *Ler* n.º 65. Lisboa, Fundação Círculo de Leitores, Inverno 2004/2005, pp. 45-47.
- BELMONT, Nicole (1997), “Vida/Morte” (s.v.) in Ruggiero Romano (dir.). *Enciclopédia Einaudi. Vida/Morte. Tradições – Gerações*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, volume 36, pp. 11-60.
- MINOIS, George (1999), *História do Suicídio. A Sociedade Ocidental perante a Morte Voluntária*. S.l., Círculo de Leitores, pp. 261-342.
- MORIN, Edgar [1988], *O Homem e a Morte*. (Coleção “Biblioteca Universitária” n.º 19). Mem Martins, Publicações Europa-América, 2.ª edição.
- PATRÍCIO, António [1991], *D. João e a Máscara*. Mem Martins, Publicações Europa-América.
- QUENTAL, Antero de (1991), «Filosofia da Morte» in *Ensaio sobre as Bases Filosóficas da Moral ou Filosofia da Liberdade* recolhido em *Filosofia*. Organização, introdução e notas de Joel Serrão. Lisboa, Editorial Comunicação, p. 79.
- (2002), *Sonetos*. Organização, introdução e notas de Nuno Júdice. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- SOARES, J. A. Silva (1986), “Morte” (s.v.) in Roque Cabral *et alii* (Comissão Executiva). *Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*. Lisboa/S. Paulo, Editorial Verbo, volume 4, cols. 407-447.
- THOMAS, Louis-Vincent (2001), *Morte e Poder*. Lisboa, Temas & Debates.
- URBAIN, Jean-Didier (1997), “Morte” (s.v.) in Ruggiero Romano (dir.). *Enciclopédia Einaudi. Vida/Morte. Tradições – Gerações*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, volume 36, pp. 381-417.
- VICENTE, Filipe Nunes (2008), *Educação Para A Morte*. Lisboa, Bertrand Editora.